



## CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

78ª Reunião

Data: 01 de março de 2016

### Lista de Presença

#### *Membros da Câmara de Compensação Ambiental*

Composição	Nome	Presença
Secretária Adjunta SMA	Cristina Azevedo	P
Representante SMA	Beatriz Machado Granziera	Ausência justificada
Representante SMA	José Pedro de Oliveira Costa	P
Representante SMA	Aline Pacheco Pelucio	P
Representante Cetesb	Iracy Xavier da Silva	P
Representante Consema	Rubens Beçak	Ausência justificada
Representante Sociedade Civil	Ana Luisa Mancini da Riva	Ausência justificada
Representante Sociedade Civil	Ricardo Ribeiro Rodrigues	P

#### *Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental*

Composição	Nome	Presença
Secretário Executivo CCA	Alexandre Uehara	P
Oficial Administrativo	Egle Corabi	P

#### *Participantes da Reunião*

Instituição	Nome
Instituto Florestal	Edgar de Luca
Instituto Florestal	Giselda Durigan
Instituto Florestal	Osmar Vilas Bôas
Instituto Florestal	Denise Zanchetta
Instituto Florestal	Rodrigo R. Castanho
Fundação Florestal	José Toledo Marques
Instituto de Botânica	Luiz Mauro Barbosa
Instituto de Botânica	José Paulo Ganzeli
Instituto de Botânica	Valéria Augusta Garcia
ICMBio	Letícia O. Brandão
Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba	Maria Eduarda S. Martin
Procuradoria Geral do Estado -PGE	Rodrigo Ribeiro

## **RESUMO DA REUNIÃO**

### **1. APROVAÇÃO DA ATA DA 77ª REUNIÃO**

Ata da 77ª Reunião aprovada.

#### **1.2. APROVAÇÃO DA PAUTA**

##### **1.2.1. Solicitação de inclusão de pauta:**

a. Plano de trabalho para Projeto Executivo de Reconstrução da Estrutura de Pesquisa da EE Assis, a ser analisado no item 4.7;

b. Datas das próximas reuniões da CCA (agenda) no item 6.

##### **1.2.2. Solicitação de exclusão de pauta:**

a. Item 3.2, consulta da Fundação Florestal da possibilidade de devolução de recursos repassados;

b. Item 4.6, Plano de trabalho para Implantação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais em UCs do Instituto Florestal.

### **2. INFORMES**

**2.1.** Informe sobre a publicação da Resolução SMA nº 25/2016, que altera a composição da Câmara de Compensação Ambiental.

Informa-se da saída da Drª. Elci Camargo e da entrada da Drª. Ana Luisa Mancini de Riva (Instituto SEMEIA) como membro representante da sociedade civil na Câmara de Compensação Ambiental.

**2.2.** Informe sobre a Reunião de integração com as Câmaras de Compensação Ambientais dos Estados de MG, PR, PE, RJ, e do DF, a se realizar no dia 9/3.

Informe sobre o 1º Encontro entre Câmaras Estaduais, Federais e Municipais, para troca de experiências visando dar maior eficiência à execução da compensação ambiental, a se realizar das 10 às 16h do dia 9/3 na sala do Consema.

**2.3.** Informe sobre a Implantação do Sistema de Combate a Incêndios Florestais em UCs da Fundação Florestal.

A Fundação Florestal apresentou o resumo da execução do Plano de Trabalho de Implantação do Sistema de Combate a Incêndios Florestais em UCs:

Para a aquisição de veículos e caminhões, foi feita solicitação de mudança de classificação orçamentária na Secretaria do Planejamento e após seguirá para o Comitê Gestor para aprovação da aquisição dos veículos. Os tratores já foram entregues em Dezembro/2015.

Para o item Aquisição de equipamentos, foi informado que os mesmos foram adquiridos, com exceção de 3 itens, para os quais está sendo providenciada nova licitação.

Na parte de Serviços, a Fundação Florestal informou que constatou a inviabilidade de contratação de brigadistas temporários por CLT, dado o prazo estipulado pela Secretaria de Planejamento ser de 2018. Paralelamente está sendo feito um edital para contratação de brigadistas profissionais.



Para contratação de serviço de abertura de aceiros, houve fracasso na licitação, e está sendo feito novo edital.

Para contratação de horas de voo, a fim de melhorar o custo de contratação, a Fundação irá participar de ata de preço que está sendo elaborada pela Casa Militar.

Reforma das torres: o 1º conjunto está em licitação, e o 2º conjunto já está contratado.

Está sendo revisto o edital para Radio Comunicação a fim de atender à nova regulamentação da ANATEL.

A CCA recomendou à Fundação Florestal que consiga priorizar a licitação de horas máquina para abertura de aceiros, considerando o tempo decorrido, a aproximação da estação seca e a importância do serviço.

**2.4. Informe sobre a destinação de recursos do Fundo Especial de Despesa para Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais – FPBRN, em cumprimento às deliberações da 77ª Reunião.**

**2.4.1.** Metro Linha 6 - Laranja – Proc. Impacto 116/2010  
Valor da Compensação Ambiental destinado: R\$ 3.131.846,00  
Projeto de Restauração Florestal do PE Rio do Peixe  
Depositado no FPBRN desde 06/10/2014  
Valor transferido à Fundação Florestal em 23/02/2016  
[A FF informou que o edital será publicado no dia 07/03/2016.](#)

**2.4.2.** Metro Linha 6 - Laranja – Proc SMA 013/2012  
Valor da Compensação Ambiental destinado: R\$ 655.497,58  
Estudos para Criação de UC no entorno das Represas Guarapiranga e Billings  
Depositado no FPBRN desde 06/10/2014  
Valor transferido à Fundação Florestal em 19/02/2016  
[A FF informou que o ITESP já está realizando os estudos.](#)

### **3. EXPEDIENTE PRELIMINAR**

**3.1.** Solicitação do Instituto de Botânica para a atualização do valor do Plano de Trabalho do Plano Diretor para Reformas Prediais do Instituto de Botânica – PE Fontes do Ipiranga, aprovado anteriormente na Reunião 70ª da CCA de 05/12/2014, bem como a solicitação de destinação de recursos:

- Valor do plano de trabalho aprovado na 70ª Reunião CCA: **R\$ 785.950,42**
- Solicitação de atualização conforme nova proposta CPOS: **R\$ 918.035,68**

**DELIBERAÇÃO:** [A CCA deliberou aprovar a destinação de recursos provenientes do FPBRN para o Plano de Trabalho do Plano Diretor para Reformas Prediais do Instituto de Botânica – PE Fontes do Ipiranga aprovado na 70ª Reunião de 05/12/2014, e solicitou ao Instituto de Botânica que aguardasse a alteração do Decreto que possibilitará o repasse de recursos do FPBRN para os Institutos, para então proceder à atualização do valor do plano e definir qual empreendimento fornecerá o recurso.](#)

Dr. Ricardo Rodrigues lembrou que o presente plano fora aprovado na gestão anterior, e que dificilmente seria aprovado com o atual direcionamento que a CCA está adotando. Acrescentou que é importante definir os critérios de utilização do recurso da Compensação



Ambiental, sendo a conservação da biodiversidade o fator principal para destinação de recursos.

**3.2.** Consulta da Fundação Florestal da possibilidade de devolução dos recursos aprovados em novembro/2015 para Elaboração dos Planos de Manejo da EE Barreiro Rico e Ibicatu, no valor de R\$ 1.140.156,00 em função do planejamento para sua execução estar prevista para 2017/2018.

Item retirado de pauta.

**3.3.** Solicitação do Instituto Florestal para revogação de deliberação da 64ª Reunião que decidiu pela transferência para o FPBRN do recurso depositado em poupança do empreendedor, referente ao empreendimento Usina Guarani – Unidade Tanabi, destinado para o Plano de Trabalho para Implantação do Plano de Manejo da EE Itirapina no valor de R\$ 717.542,77.

**DELIBERAÇÃO:** Em virtude da impossibilidade de repasse de recursos do FPBRN para o Instituto Florestal até que o Decreto nº 60.070/2014 seja retificado e de o gestor da EE Itirapina ter informado que o empreendedor concorda em executar o Plano de Trabalho, a CCA revogou a deliberação da 64ª Reunião que decidia pela transferência para o FPBRN do recurso depositado em poupança do empreendedor referente ao empreendimento “Usina Guarani – Unidade Tanabi”. A CCA também solicitou ao Instituto Florestal esforços para a conclusão desse Plano Trabalho ainda em 2016.

#### 4. ANÁLISE DE PLANOS DE TRABALHO

**4.1.** Plano de Trabalho para Implantação Centro de Estudos da Biodiversidade da Mata Atlântica – APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul – ICMBio, em área pública, recebida por doação.

Empreendimento	Processo	Valor
Duplicação da Rodovia dos Tamoios	Impacto 98/2011	R\$ 2.611.473,77

**DELIBERAÇÃO:** Após o esclarecimento pela gestora da APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul, Leticia Brandão, de que os valores do plano de trabalho estão alocados em um cronograma de 12 meses por limitação do modelo padrão da Câmara de Compensação Ambiental Federal, mas que o mesmo foi elaborado para ser executado no período de 5 anos, especialmente o item referente a equipamentos e materiais de consumo, o Plano de Trabalho para Implantação Centro de Estudos da Biodiversidade da Mata Atlântica – APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul foi aprovado. A CCA também recomendou que o ICMBio formalize as parcerias com os proprietários das RPPN's vizinhas à área de implantação do Centro de Estudos.

Relatora: Iracy Xavier da Silva

Dr. José Pedro elogiou o vídeo exibido sobre a área em questão, onde aparecem diversos muriquis em movimento e solicitou autorização para exibí-lo em apresentações científicas e didáticas, o que foi atendido.

#### **4.2. Plano de Trabalho para Regularização Fundiária do Parque Natural Municipal do Trabijú - Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba.**

Em Maio/2015 a Prefeitura de Pindamonhangaba encaminhou ofício informando do desconhecimento do recurso desta compensação, pois o TCCA fora assinado em 2012 pela gestão anterior e o recurso depositado em contas poupança do empreendedor, sem movimentação. No mesmo ofício solicitou autorização para apresentação de novos planos de trabalho para utilização dessa importância, uma vez que as atividades deliberadas originalmente já haviam sido executadas com recursos próprios. Tal autorização foi deliberada pela CCA na 72ª Reunião de 14/07/2015. A Prefeitura de Pindamonhangaba encaminhou então quatro planos de trabalho a serem analisados nos itens 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5, apresentados pela representante da Prefeitura, Maria Eduarda S.Martim.

Empreendimento	Processo	Valor
Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda.	SMA 3827/2009	R\$ 54.000,00

**DELIBERAÇÃO: A CCA aprovou o Plano de Trabalho com vistas à atividade de Georreferenciamento para Regularização Fundiária do Parque Natural Municipal do Trabijú.**

Relator: José Pedro de Oliveira Costa

#### **4.3. Plano de Trabalho para Recuperação e Utilização de Trilhas do Parque Natural Municipal do Trabijú - Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba.**

Empreendimento	Processo	Valor
Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda.	SMA 3827/2009	R\$ 59.779,06

**DELIBERAÇÃO: A CCA aprovou o Plano de Trabalho para Recuperação e Utilização de Trilhas do Parque Natural Municipal do Trabijú.**

Relator: José Pedro de Oliveira Costa

#### **4.4. Plano de Trabalho para Sistema de Fiscalização e Monitoramento por Câmeras no Parque Natural Municipal do Trabijú - Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba.**

Ressaltou-se que para as destinações a UCs municipais ou federais diretamente impactadas por um empreendimento, a CCA segue o entendimento da Consultoria Jurídica da Secretaria do Meio Ambiente, pelo qual é de exclusiva responsabilidade do ente federado beneficiário do recurso da compensação ambiental a sua boa aplicação, não cabendo ao Estado de São Paulo seu controle e acompanhamento de sua execução.

Considerou-se, entretanto, uma vez que a Fundação Florestal está buscando ampliar os meios de fiscalização de Unidades de Conservação, inclusive com a utilização de câmeras, pertinente que a Prefeitura informe semestralmente o andamento da implantação deste projeto para que se tenha conhecimento sobre a eficiência desse modo de fiscalização, como uma forma de cooperação com a Fundação Florestal.

Empreendimento	Processo	Valor
Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda.	SMA 3827/2009	R\$ 498.858,40

**DELIBERAÇÃO:** A CCA aprovou o Plano de Trabalho para Sistema de Fiscalização e Monitoramento por Câmeras no Parque Natural Municipal do Trabiú, com a recomendação de que a implantação das câmeras seja feita em 3 etapas, iniciando-se pela área de uso público e após a instalação mais para dentro do parque, para garantir que não serão roubadas e que tenham fiscalização permanente.

Relator: José Pedro de Oliveira Costa

**4.5.** Plano de Trabalho para Reforma de Infraestrutura do Parque Natural Municipal do Trabiú - Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba.

Empreendimento	Processo	Valor
Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda.	SMA 3827/2009	R\$ 610.691,70

**DELIBERAÇÃO:** A CCA aprovou o Plano de Trabalho para Reforma de Infraestrutura do Parque Natural Municipal do Trabiú.

Relator: José Pedro de Oliveira Costa

**4.6.** Plano de Trabalho para Implantação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais em UCs - Instituto Florestal.

Item retirado de pauta.

**4.7.** Plano de Trabalho para Elaboração de Projeto Executivo para Reconstrução da Estrutura de Pesquisa da Estação Ecológica de Assis – Instituto Florestal.

Empreendimento	Processo	Valor
Solicitação de recursos	-	R\$ 42.000,00

**DELIBERAÇÃO:** A CCA aprovou o Plano de Trabalho para Elaboração de Projeto Executivo para Reconstrução da Estrutura de Pesquisa da Estação Ecológica de Assis. Dr. Ricardo Rodrigues solicitou que no referido projeto executivo, o Instituto Florestal fortalecesse a parte da estrutura do laboratório e reduzisse a parte da sede administrativa, para que no futuro a sede seja ampliada com recursos do Estado e não da Compensação Ambiental. A CCA recomendou que a Secretaria Executiva da Câmara verificasse a existência de algum recurso em conta poupança do empreendedor que possa financiar esse plano de trabalho.

Relatores: José Pedro de Oliveira Costa



## 5. DEMANDAS DO COMITÊ DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL FEDERAL

Proposta da Fundação Florestal para aplicação de recursos de empreendimento de licenciamento federal, disponibilizado às UCs Estaduais de São Paulo, em atendimento à solicitação da CCOMP/IBAMA:

### 5.1. Compensação Ambiental Federal do Terminal Marítimo de Alemoa – Proc CA nº 0200.002615/2015-81.

EMPREENHIMENTO	VALOR	PROPOSTA DA FUNDAÇÃO FLORESTAL		
		UC	ATIVIDADE	VALOR
Terminal Marítimo de Alemoa	R\$ 681.475,77	APA Marinha do Litoral Centro (obrigatório)	Ações de Proteção e Fiscalização	R\$ 477.033,04
		PE Serra do Mar (obrigatório)	Implantação do Plano de manejo	R\$ 204.442,73
		PE Xixová-Japuí	-	-

**DELIBERAÇÃO:** A CCA aprovou a proposta da Fundação Florestal para aplicação dos recursos do empreendimento “Terminal Marítimo de Alemoa”. A Fundação Florestal informa que o PE Xixová-Japuí não foi incluído nesta destinação por já dispor de outros recursos de compensação ambiental.

## 6. DEFINIÇÃO DE DATAS DAS PRÓXIMAS REUNIÕES CCA.

**DELIBERAÇÃO:** A CCA aprovou a proposta de datas para as próximas reuniões:

- 22/03/2016 – Terça-feira – 14:30h;
- 26/04/2016 – Terça-feira – 14:30h;
- 24/05/2016 – Terça-feira – 14:30h,e
- 21/06/2016 – Terça-feira – 14:30h.

E assim a Sra. Secretária Adjunta do Meio Ambiente e Coordenadora da CCA, após o esgotamento da pauta, agradecendo a presença, participação e colaboração de todos, especialmente dos representantes do ICMBio e do município de Pindamonhangaba, encerrou a reunião.